COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 5.543, DE 2016

Acrescenta artigo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, sobre a *Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego*.

Autor: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

Relatora: Deputada CONCEIÇÃO SAMPAIO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.543, de 2016, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, busca contribuir para a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e, para tanto, propõe aprimorar a Lei nº 13.146, de 2015, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Mais especificamente, a proposição busca incluir novo art. 35-A ao referido Estatuto, de forma a estabelecer que as empresas com 100 ou mais trabalhadores promoverão, em seus estabelecimentos, a “Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego”, nos termos do regulamento, com o objetivo de:

- implementar a contratação de pessoas com deficiência, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- identificar funções que possam ser exercidas por trabalhadores com deficiência e elaborar plano de ação que possibilite a sua inclusão nos

estabelecimentos, como empregados, inclusive como aprendizes, bem como na condição de estagiários, autônomos ou prestadores de serviço;

- identificar trabalhadores com deficiência, habilitados, à procura de trabalho ou emprego;
- conscientizar os empregadores, os trabalhadores e a sociedade sobre as habilidades e contribuições das pessoas com deficiência no trabalho e no emprego.

Pelo projeto, a Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego será desenvolvida sob a forma de auditorias, estudos de viabilização, cursos, treinamentos, seminários, palestras ou quaisquer outras modalidades de esclarecimento que visem a incluir pessoas com deficiência nos estabelecimentos e a esclarecer os empregadores e os trabalhadores sobre tema.

Para tanto, o projeto estabelece que o Ministério do Trabalho, na realização da Semana de Inclusão das Pessoas com Deficiência no Trabalho e no Emprego, poderá determinar o período do ano para a realização do evento, que deverá ser único para o todo o País, entre outras providências.

As empresas dispensadas do cumprimento do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderão participar da Semana de Inclusão das Pessoas com Deficiência, de forma individual ou coletiva, por meio de eventos organizados por elas próprias ou pelo Ministério do Trabalho.

O projeto, que tramita em regime ordinário, está sujeito à apreciação conclusiva e foi distribuído às comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se manifestará quanto à constitucionalidade ou juridicidade da matéria.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

Em 03/mai/2017, a matéria foi aprovada no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A presente proposição busca incluir novo dispositivo na Lei nº 13.146, de 2015, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de forma a contribuir para a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Para esse objetivo, o projeto pretende estabelecer que as empresas com 100 ou mais trabalhadores promoverão, em seus estabelecimentos, a “Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego”, nos termos do regulamento a ser expedido.

O objetivo do evento será o de propiciar a implementação da obrigatoriedade já estabelecida pelo art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, que, por sua vez, estabelece que a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados profissionalmente ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas.

Ademais, o objetivo, durante a Semana, também será o de identificar funções que possam ser exercidas por trabalhadores com deficiência, bem como elaborar plano de ação que possibilite a sua inclusão seja como empregados, aprendizes, estagiários, autônomos ou prestadores de serviço.

Durante a Semana, a empresa deverá buscar identificar trabalhadores com deficiência, habilitados, à procura de trabalho ou emprego, e deverá também conscientizar os empregadores, trabalhadores e a sociedade sobre as habilidades e contribuições das pessoas com deficiência no trabalho e no emprego.

O projeto estabelece que a Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego será desenvolvida sob a forma de auditorias, estudos de viabilização, cursos, treinamentos, seminários, palestras ou quaisquer outras modalidades de esclarecimento que visem a incluir pessoas com deficiência nos estabelecimentos e a esclarecer os empregadores e os trabalhadores sobre tema.

Já as empresas com menos de 100 trabalhadores poderão participar da Semana de Inclusão das Pessoas com Deficiência, de forma individual ou coletiva, por meio de eventos organizados por elas próprias ou pelo Ministério do Trabalho.

Conforme o projeto, o Ministério do Trabalho poderá determinar o período do ano para a realização da Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego, o qual deverá ser único para o todo o País.

É importante destacar que a proposição já foi aprovada no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, sendo que o relator da matéria naquele colegiado destacou, em seu parecer, os seguintes aspectos:

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde, de 2013, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em parceria com o Ministério da Saúde, revelam que 6,2% da população brasileira têm algum tipo de deficiência. A pesquisa considerou quatro tipos de deficiências: auditiva, visual, física e intelectual. [...]

Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios revela que, em 2013, no Brasil, havia 201,4 milhões de habitantes. Nesse caso, teríamos naquele ano 12 milhões de pessoas com deficiência. No entanto a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS indica que, nesse ano, havia apenas 357,8 mil vagas ocupadas por essas pessoas, sendo 64,84% com homens e 35,16% com mulheres. É de se esclarecer que a RAIS consegue alcançar quase somente os empregados, trabalhadores com vínculo empregatício, no mercado formal de trabalho. Apesar disso, é um número muito aquém de pessoas com deficiência ocupadas no País, mesmo contanto com as pessoas com deficiência que não estão em idade ativa.

De fato, consideramos correta a percepção do relator quanto à dissonância existente entre o número estimado de pessoas com deficiência em nosso país, da ordem de 12 milhões de pessoas ou mais, e o reduzido número de pessoas com deficiência que estão empregadas, o qual não alcança sequer meio milhão de pessoas.

Desta forma, resta evidente a necessidade de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o que acarretará reflexos importantes para nosso desenvolvimento econômico e social em decorrência do aproveitamento de capacidades efetivas de trabalho que se encontram indevidamente ociosas ou sub-aproveitadas em nossa economia. Trata-se, assim, de reduzir uma *ineficiência* que se encontra ainda presente em nosso país e que prejudica nosso desenvolvimento.

Por sua vez, não consideramos que a iniciativa acarretará maiores custos ou atribuições às empresas. O motivo é que o projeto preconiza a realização de uma semana na qual haverá, para as empresas com 100 trabalhadores ou mais, atividades essencialmente voltadas à **identificação** de funções que possam ser exercidas por pessoas com deficiência, bem como **identificação** de pessoas com deficiência que poderiam ocupar esses postos.

Trata-se ainda da realização de tarefas simples, como atividades de mera **conscientização** quanto às habilidades e contribuições das pessoas com deficiência, bem como realização de **seminários, palestras, cursos e eventos do gênero**.

Assim, entendemos que a realização desse tipo de evento, além de não ocasionar excessivo ônus para as empresas, poderá contribuir para a **redução de custos a longo prazo** em decorrência da redução de ineficiências decorrentes da insuficiente inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Por fim, consideramos que a proposição poderia ser aprimorada em um aspecto pontual. Entendemos ser razoável que as atividades a serem desenvolvidas na forma de eventos, possam ser concentradas em dois dias, ficando a Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e Emprego, como uma semana de mobilização em torno do Tema, conforme já acontece em outras datas alusivas, dentre as quais menciono: *A Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, onde as diferentes instituições envolvidas promovem eventos pontuais ao longo destes 16 dias, sendo todo o período, dedicado à mobilização em torno desta, igualmente, tão importante causa.

Consideramos que, dessa forma, não haveria prejuízo para a realização das atividades propriamente ditas, sendo que a concentração em dois dias da semana poderia propiciar a locação – em virtude do menor período ora proposto – de espaços mais adequados e eficazes à sua realização, propiciando assim resultados mais efetivos ao público presente.

Dessa forma, ante o exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.543, de 2016, com a emenda anexa que apresentamos**, cuja redação procura contemplar os aspectos comentados.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada CONCEIÇÃO SAMPAIO
Relatora

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 5.543, DE 2016

Acrescenta artigo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, para sobre a *Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego*.

EMENDA Nº 1

A nova redação conferida ao art. 35-A da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, por meio do art. 1º da proposição, será incluída do seguinte § 2º, renumerando-se como §§ 3º e 4º os atuais §§ 2º e 3º propostos ao referido art. 35-A pelo projeto:

“§ 2º As atividades de que trata o § 1º poderão ser realizadas exclusivamente em dois dos dias da Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego” (NR)

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada CONCEIÇÃO SAMPAIO
Relatora